

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

O NOSSO CONCURSO. MEMÓRIAS DO PROFESSOR PRIMÁRIO JOAQUIM DE ALMEIDA GUIMARÃES.

(sem indicação de autor)

Ano: 1923 | Número: 33

Como citar este documento:

(sem indicação de autor), O nosso concurso. Memórias do professor primário Joaquim de Almeida Guimarães. *Revista de Guimarães*, 33 (1) Jan.-Mar. 1923, p. 19-30.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51

4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O NOSSO CONCURSO

MEMÓRIAS DO PROFESSOR PRIMÁRIO

JOAQUIM DE ALMEIDA GUIMARÃES

Já lá vão quasi vinte e dous anos — 11 de Março de 1900 — e parece que foi ontem ainda! Por uma manhã linda de sol, a alegre criançada das escolas fer-vilhava à volta do largo fronteiro ao quartel do Pro-posto, na ânsia de quem se prepara para assistir a uma festa solene invulgar. Eu era um dos assistentes, na feliz despreocupação dos meus dez anos incompletos. Cada professor agrupava e ia pondo em ordem os alunos da sua escola. Começava a organizar-se o gran-de cortejo. As ruas despejavam gente de todos os la-dos e uma enorme massa de povo se comprimia já ao longo da rua de Paio Galvão e Toural.

De entre êsse denso tapête humano, destacavam-se os estandartes das associações locais e os carros alegó-ricos, onde já se reflectia o gôsto artístico de Abel Cardoso.

A minha professora havia dito na véspera que se ia festejar a memória de Martins Sarmento. Eu tinha sido um dos alunos premiados na festa de 9 de Março do ano anterior, e, por isso, o nome do grande sábio vimaranense não era já escuso à minha memória tenra de criança. Possuía um livro e um diploma que não sabia ainda bem compreender, mas que me davam a conhecer de sobra o valor educativo da Sociedade de que Martins Sarmento era patrono.

O cortejo Sarmentino, como ficou conhecido nos anais da Sociedade, causou-me funda impressão e,

desde então, Martins Sarmiento era, no meu juízo infantil, o nome de Alguém que estava acima dos outros homens. E não me enganava.

Correram anos. O meu destino de aldeão descendente duma família honrada, mas pobre e humilde, havia-me obrigado a abandonar a escola com o exame de instrução primária, pela lei de 89. Seguiu-se um período cheio de indecisões e dúvidas sobre o caminho que deveria seguir na conquista do «Pão para a boca», como dizia o P.^o António Vieira. No momento em que pretendiam atirar-me para o comércio, onde, por certo, teria buscado melhor recheio para a bôlsa, mas nunca a satisfação espiritual que sinto, quando me vejo rodeado pelo olhar meigo e doce de criancinhas inocentes, senti uma grande propensão para a vida do Magistério Primário. Cursando já a Escola Normal de Braga, onde obtive uma classificação honrosa, e à medida que no meu cérebro se iam dissipando as trevas e fazendo luz sobre uma mais perfeita noção da Verdade e da Justiça, eu ia antegozando já o prazer espiritual de vir a contribuir com a minha cota parte de esforço para a formação duma sociedade mais perfeita, onde o Amor prevaleça e a Verdade e a Justiça não sejam um mito.

Idealizava ser professor na minha terra. Amoldava-se bem ao meu pensamento a opinião de Carneiro de Moura, no seu relatório sobre instrução primária, apesar da sentença que diz: «Ninguém é profeta na sua terra». Queria ser o educador dos filhos dos meus companheiros da véspera; ser-me-ia mais fácil estudar-lhes as faculdades psicológicas, para a conscienciosa formação do seu carácter. Recordava então a Festa de 9 de Março, não como criança da escola, mas como aluno-mestre, e antevia já o professor conduzindo os seus alunos ao mérito, unindo à recordação do passado a feliz realidade do presente.

Por um feliz acaso, se é que o acaso existe, cumpriram-se os meus desejos: queria ser educador na minha terra e vim a sê-lo. Mas, quando esperava satisfazer a vaidadezinha de conduzir alunos, no meu primeiro ano de exercício no magistério, à Festa de 9 de Março, deixava ela de se realizar nesse ano. Senti nisso profundo desgosto e assim o manifestei em o

número 49 de «O Republicano» de 17 de Março de 1917. Apesar disso, reconheci sempre o valor educativo duma visita ao museu da Sociedade e tenho acompanhado todos os anos, desde então, os meus alunos até lá. Não conheço a fundo a obra de Martins Sarmiento, porque as minhas condições de vida me não tem dado folgança para me poder aprofundar no seu estudo; sei todavia o bastante. Martins Sarmiento desenvolveu as sciências auxiliares da História — Paleontologia, Numismática e Arqueologia, contribuindo para o nosso melhor conhecimento do carácter e costumes do homem preistórico.

Ao iniciar o ensino da História Pátria na minha classe e tendo de me referir aos primeiros habitantes da Península, especialmente aos lusitanos, é que eu julgo oportuna uma visita com os meus alunos ao museu da Sociedade, onde há elementos importantes para o conhecimento dos costumes dêsse povo heróico, de que somos naturais descendentes. Reconheço que, com estas visitas, os meus alunos sentem a mesma impressão agradável que eu senti, quando era criança, e fica-me a consciência de que cumpro o meu dever, incitando as crianças ao estudo, exortando-as à imitação do grande sábio e a amarem um estabelecimento que, por todos os títulos, honra a cidade de Guimarães; lugar, onde, mais tarde, poderão ir completar os seus conhecimentos, aperfeiçoando-se e tornando-se elementos úteis à sociedade e à Pátria.

*

Há tempos, em conversa amena com o meu prezado amigo e Sr. Alberto V. Braga, soube que alguma coisa de novidade ia aparecer para o professorado primário official do concelho. Esta noticia despertou-me a curiosidade, como acontece sempre que se trate de assuntos que digam respeito à minha classe. Não descansei, pois, sem saber do que se tratava, sendo-me então afirmado, pelo referido meu amigo, que um dos membros da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento havia apresentado uma proposta, no sentido de ser aberto um concurso, entre o professorado primário official do concelho, para a apresentação dum trabalho

sôbre o ensino nas escolas. Efectivamente, passado pouco tempo, a nova confirmava-se, visto que recebi da Sociedade a seguinte circular :

— «Um dos princípios, senão o mais nobre dos fins a que a Sociedade Martins Sarmento visava era a promoção da instrução popular no concelho de Guimarães. A actual direcção, versando e discutindo a forma por que havia de orientar a sua acção e manifestando claramente o desejo de continuar a prestar serviços à instrução popular, em sessão de 15 de Julho passado aprovou a seguinte : — Proposta — A Direcção da Sociedade Martins Sarmento convida todo o professorado do concelho de Guimarães a apresentar um trabalho, produto do seu estudo, observação e experiência e no qual apreciem o que a lição de todos os dias lhes está seguramente indicando relativamente a programas, métodos e orientação do ensino primário, apresentem defeitos a corrigir ou alterações a fazer nesse ramo básico da instrução, tendo em vista não só a difusão do ensino como o melhor aproveitamento dos alunos, ou ainda mesmo se limitem às suas notas pessoais quanto ao funcionamento das escolas primárias. — Ao autor do estudo que, como satisfazendo melhor ao fim que se tem em vista, for indicado à Direcção, por uma comissão que, para êsse efeito, será oportunamente nomeada, se oferecerá a quantia de 200\$00 e êsse trabalho será integralmente publicado na «Revista de Guimarães». O concurso está aberto desde 1 de Setembro a 31 de Janeiro inclusivè. As memórias deverão ser apresentadas na Secretaria da Sociedade Martins Sarmento devidamente fechadas e com esta direcção : Memórias dum professor ou professora de instrução primária. — Saúde e Fraternidade. — Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 24 de Agosto de 1921. — O secretário, (a) José de Pina.»

Eu sabia que à frente da Direcção desta Sociedade estavam homens de provada competência e acção. O ressurgimento da «Revista de Guimarães», a reorganização do museu e da biblioteca e outros tantos actos que já ecoavam cá fora como resultantes duma vontade firme e metódica, no sentido de reformar, modernizar e tornar mais útil o espólio existente naquele património histórico, tudo isto e o mais me tinha predisposto o espírito, de forma que não me causou surpresa a resolução tomada em 15 de Julho. A nova Direcção quis demonstrar, duma maneira bem concreta, que a Sociedade Martins Sarmento não usa, em vão, o título de «promotora da instrução popular, no concelho de Guimarães». Devo confessar — a verdade deve dizer-se sempre — que a Sociedade Martins Sarmento não vinha cumprindo cabalmente a sua alta missão, no que diz respeito à difusão da instrução no

concelho; vinha-se limitando simplesmente a uma sofrível administração da biblioteca e do museu e à realização da Festa de 9 de Março. E' por isso que a simpática atitude agora tomada, pela actual Direcção, mais me veio capacitar do valor intelectual e moral de cada um dos seus membros. Promover a instrução popular, aquela que a todos abrange e que é, portanto, a instrução primária geral, é concorrer para a debelação do terrível cancro da nossa sociedade — o analfabetismo — sem o desaparecimento do qual é impossível o progresso da nossa Pátria. Rejubilei, pois, com a feliz idea da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento e, ao terminar a leitura da circular que tive a honra de aqui transcrever, tomei logo a firme resolução de acorrer ao seu apêlo, contribuindo com a minha cota parte de esforço, no sentido de satisfazer tanto quanto possível aos nobres desejos de quem dirige tam prestante instituição.

Não é um trabalho em estilo elevado e baseado em profundos conhecimentos filosóficos e sociológicos que apresento, porque isso não está dentro dos limites da minha incapacidade intelectual. Mesmo, nem sequer supponho que a Direcção da Sociedade Martins Sarmiento, ao abrir êste concurso, tivesse principalmente em mira o avaliar a competência literária dos professores primários do concelho. Ela pretende simplesmente, e isso manifesta-o bem claramente na sua circular, conhecer quais as necessidades do ensino nas escolas primárias do concelho de Guimarães, afim de saber qual deva ser a sua acção mais profícua na solução do magno problema. E' pois sobre êste ponto que vou espriar-me, na mesma linguagem simples que estou habituado a usar com os meus alunos na escola, expondo a minha maneira de ver sobre o assunto e descrevendo as impressões recebidas, durante nove anos de prática, no magistério primário official, dentro dêste concelho.

Como se ministrava o ensino nas escolas
há 25 anos

Antes de entrar pròpriamente na apreciação do ensino ministrado nas escolas primárias hođiernas, entendo dever fazer um pouco de história da maneira como funcionavam as escolas um quarto de século atrás. Creio que, por esta forma, poderemos estabelecer uma espécie de confronto entre o ensino actual e o dêsse tempo, para melhor ajuizarmos dos progressos da escola primária, entre nós, desde essa época até ao presente.

Farei, pois, a descrição daquilo que observei, quando pela primeira vez freqüentei a escola e de que bem me lembro, como se tivesse passado ontem ainda.

Na freguesia da minha naturalidade (S. Martinho de Candoso) não havia escola nesse tempo. A minha família teve, por êsse motivo, de matricular-me na escola duma freguesia limítrofe (S. Jorge de Selho), a única que havia por aqueles arredores. Tinha completado, havia pouco, seis anos e já o meu pai me dava a entender que era preciso ir à escola. Estava chegado o momento em que iam começar para mim os primeiros cuidados da vida. É êste o período mais melindroso para a existência duma criança — a transição do meio educativo da família, para o meio educativo da escola.

!Que impressão terrível não há-de ela sentir, ao deixar o convívio amoroso da mãe, a educadora por excelência, para ficar sujeita a uma pessoa estranha, muitas vezes brusca e grosseira!

Chegou o dia da partida. Meu pai não me acompanhou, como devia, para me entregar ao cuidado do professor. Foi um êrro de lesa-educação que cometeu. Os pais e os professores devem conjugar os seus esforços, para tornar menos sensível à criança a transição da família para a escola, porque esta deve ser a fiel continuadora da educação iniciada por aquela. A família seria o centro educativo ideal, se tôdas as mães estivessem à altura da sua missão educadora, porque ninguém, como elas, sabe adivinhar e satisfazer os desejos dos filhos. Mas, porque não o estão, na sua

quási totalidade, umas por falta de competência, outras por suas occupações domésticas, tem de as substituir a escola; e eis a razão por que ela tem que se assemellar a uma segunda família, de que o professor é o chefe, e de forma que, desta mudança de situação, a criança não seja moralmente prejudicada. Meu pai, todavia, recomendou-me, por escrito, ao mestre e, como a escola ficava longe, entregou-me ao cuidado de dois rapazes vizinhos, já matalotes, que a freqüentavam. Não estranhei a companhia, porque já éramos conhecidos dos nossos momentos de folguedo. Galgámos alegremente o caminho, mas acompanhou-me sempre um grande receio. A escola... A palmatória... Dizia-se que davam bolos pesados.

Aproximámo-nos. Fora, ouvia-se um resmungo coral de ladaíinha. Eram os alunos que fingiam estudar as lições. A escola funcionava no sobrado duma cozinha acanhada. Subimos uma escada de pedra muito estreita e entrámos na sala da aula. Era agora o momento próprio, em que o professor devia mostrar as suas aptidões de educador consciente. Eu já condenei a falta que meu pai cometeu em me não ter acompanhado à escola, pela primeira vez, e, sôbre as consequências desta falta, algo referirei mais adiante. Porém, agora, é o professor quem comete uma falta mais grave ainda. A criança, ao deixar o meio carinhoso da família, deve ser recebida na escola com igual carinho e com o mesmo affecto. O professor receberá o seu novo aluno com o sorriso nos lábios e a escola deverá ser para êle aluno um templo de alegria e não um lugar de suplício.

Estávamos em frente do professor. Os meus companheiros adeantaram-se para lhe entregar o bilhete de que meu pai os fêz portadores. Eu fiquei qual coelho tímido rodeado de galgos. Não mereci sequer um olhar do mestre. Recebeu-me como qualquer commerciante a quem abunda a mercadoria. A uma ordem dada, sentei-me a um canto da sala. O resmungar da rapaziada, soletrando a lição, continuava, semelhando um officio fúnebre. O mestre mantinha-se, em ar de gravidade, mudo e quêdo, na sua cátedra carunchosa.

Chegou o momento de filosofar. ¿Era aquilo uma escola? A luz mal entrava ali pelas janelas, poucas e

acanhadas; o mobiliário reduzia-se a duas ou três mesas, de quatro metros de comprimento por sessenta centímetros de largo, e alguns bancos do mesmo comprimento, sem encosto. Dizia tudo isto muito bem com as paredes da sala que eram negras como a *parinheira* do forno. Era um cárcere de crianças, enfim.

Chegou a hora de dar a lição. Os alunos mais adeantados formaram, em semi-círculo, à volta da mesa do professor e não tardou muito que a palmatória toasse a bom toar. Eu continuava, encolhido e medroso, no mesmo canto, onde me havia sentado, esperando o momento de apanhar também; os restantes alunos, sem terem que fazer, resmungavam na forma do costume. Pouco depois, alguns dos alunos, que tinham dado a lição, vieram leccionar os mais atrasados. Era o modo mútuo arremedado. Fui-me pouco a pouco acomodando ao meio e não sei mesmo como aprendi a papaguear o primeiro livro de Simões Lopes.

Um dia, chegou a minha vez: tratava-se da tabuada. Era coisa que o professor nunca explicara na aula, mas exigia que se soubesse. — «Que tabuada sabes? — me pergunta êle». Os meus condiscípulos mais velhos e mais adeantados cantavam-na, às vezes, num ritmo cadenciado, sob a regência do mestre ao qual servia de batuta a vara com que nos costumava varejar a cabeça. Eu não tinha ainda tido a felicidade de aprender a tabuada por música e de ouvido. A tremer e mentindo respondi: — «Sei a do dois». A' minha resposta correspondeu uma tremenda palmatoada que me fêz ver as estrélas, sendo-me, a seguir, passada uma conta de multiplicar por dois, com muitos algarismos no multiplicando. Não sei descrever o momento terrível que se seguiu. Recordo-me muito bem de tar apanhado tantos bofetões, quantos os algarismos do multiplicando da operação.

Mas há muito ainda quem, nos nossos dias, bendiga o ensino ministrado por tais processos. Ouve-se, a cada passo, por aí dizer: — «Nas escolas de agora não se aprende nada. Antigamente é que era: apanhava-se muita pancada, mas aprendia-se bem.» Eu não sei que idea fazem, os que tais coisas afirmam, do que seja *educação*. Mas continuemos:

No meio das aulas não havia intervalos. O aluno

que precisasse de satisfazer qualquer necessidade olhava para uma tábua de forma elíptica, a tampa dalguma caixa de lamparinas talvez, suspensa da parede da sala, junto à porta da entrada, que tinha bem visível, numa das faces, um «F». Esta letra era a abreviatura da palavra «Fora». O aluno que, como vinha dizendo, tivesse de satisfazer as suas necessidades, pedia ao professor para ir lá fora e, obtida a respectiva licença, voltava a tábua e saía. Enquanto esta se conservasse voltada, ninguém podia obter igual licença. A retrete era um buraco imundo, no meio duma horta separada do edificio. Este processo de permitir que as crianças saíssem da classe a todo o momento, além de não satisfazer às boas condições higiénicas, tinha um grande inconveniente para o ensino. Os intervalos ou horas de recreio teem a vantagem de satisfazer a êsse inconveniente, porque as crianças, ficando em completa liberdade para tudo que lhes seja preciso, respiram livremente e refazem-se para os trabalhos da aula seguinte. O professor que leccionava não era o proprietário da escola. Este tinha-se entregado à exploração duma indústria rendosa e contratava, para o substituir, qualquer individuo desempregado, mesmo sem habilitações. Visitava, de longe a longe, a escola, e o dia da sua visita era para nós alunos um dia de terror. Porque não tinha amor à escola nem aos alunos, tratava-nos barbaramente. Não acho descabido transcrever para aqui uma correspondência do Pevidém para «O Comércio de Guimarães», de 7 de Agosto de 1900, que se refere ao professor e à escola a que venho aludindo.

«A respeito da escola, andamos *engalinhad*os! Dantes funcionava ella numa casa que, se não era própria, era ao menos central; agora, depois da justa aposentação do célebre Alexandre José Rodrigues, foi transferida para uma casa que já pertence à vizinha freguesia de S. Martinho de Candoso. É pois necessário e urgente que se mande construir nesta freguesia uma casa própria, em local sadio e central, para nela se instalar devidamente a escola primária e acabar de vez com as transferências quasi sempre prejudiciaes. A respeito do novo professor, nada podemos dizer, porque ainda não tivemos tempo de fazer o nosso juizo; mas, mal nos irá, se elle seguir o caminho do seu antecessor: então é sobre queda coice, como costuma dizer-se. Muitas vezes temos lido e ouvido dizer que o professorado primário é uma classe mal remunerada, vivendo os seus membros cheios de necessidade, etc., e isso é uma grande verdade; mas também é uma grande verdade que muitos dos seus

membros não merecem o pequeno ordenado que recebem. Conhecemos alguns desses professores e nomeadamente o Sr. Alexandre José Rodrigues, ex-professor desta freguesia, o qual há cerca de dezasseis ou dezassete anos que não regia a escola, fazendo-se substituir por o primeiro que lhe aparecia, sem disso dar satisfação a ninguém, nem curar muito das habilitações morais e profissionais de tais substitutos. Para prova do que avançamos, bastará dizer-se que por bastante tempo foi um pedreiro (!) que regeu a escola primária desta freguesia, como substituto do Sr. Alexandre! Não obstante tudo isto, que seria incrível se não fôsse público, o dito Sr. Alexandre obteve a aposentação ordinária, por ter *trinta anos de bom e efectivo serviço*, e ei-lo agora a receber dos cofres do Estado um ordenado que só é devido aos professores zelosos do cumprimento dos seus deveres!»

O professor substituto, além de ser estúpido e grosseiro, tinha o vício de se embriagar, o que para nós era motivo de grande satisfação, porque, no dia em que êle se embriagasse, tínhamos sueto. Na volta da escola, ao passarmos pela porta dum pobre trabalhador, os meus companheiros arremessavam-lhe pedras e chamavam-lhe nomes feios. O homem, zangado, corria-os. Na escola nunca se ouvia uma única palavra sôbre educação moral ou cívica. Era assim o ensino de há vinte e cinco anos. ¿Satisfazia porventura a algum fim educativo?

II

Como se ministra o ensino nas escolas de hoje
e as causas da sua deficiência

Embora tenha melhorado muito o ensino nas nossas escolas, comparando-o àquele de que falei no primeiro capítulo, êle está muito longe ainda de satisfazer ao seu verdadeiro fim. O ensino primário geral, porque abrange todos os indivíduos, deve ser essencialmente educativo, preparando o homem para a vida social. Educar é aperfeiçoar; é elevar o homem das condições de animalidade em que appareceu no mundo, desenvolvendo-lhe as faculdades com que a Natureza o dotou e convertendo-o num elemento de ordem e de trabalho, para que contribua para o bem estar da sociedade. São três as principais espécies de educação,

conforme o desenvolvimento das faculdades a que se destinam :

- Educação física
- Educação moral
- Educação intelectual.

O nosso ensino primário tem cuidado apenas e muito imperfeitamente da educação intelectual, tendo pôsto de parte tôdas as outras. Na maior parte das escolas continua-se ensinando pela velha rotina — a lição de leitura não inteligente, cópia ou ditado e contas. Não se sai disto. E porquê? A meu ver, pelas causas seguintes: — 1.^a A febre na preparação de alunos para exame. — 2.^a O mau critério de muitos inspectores e altos funcionários da instrução na apreciação da qualidade do serviço dos professores. — 3.^a A deficiência do ensino nas escolas normais.

Em geral, quasi tôdas as famílias desejam que os seus meninos façam o exame muito depressa para se matricularem no liceu ou seguirem uma profissão. Não se importam que êles venham a emperrar logo no primeiro ou segundo ano, ou que, indo para um balcão, não saibam resolver conscientemente um problema de uso comum, ler ou escrever uma carta com inteligência. Não se preocupam, nem sequer pensam, se êsse seu filho, aprovado no exame, terá bem formado o carácter e o coração, para que amanhã possa ser um cidadão honesto e útil. O exame, tal como se tem realizado até aqui, é o pior inimigo da educação e do ensino. Eu tenho exemplos concretos que justificam esta minha afirmação.

Os exames do 1.^o e do 2.^o grau, que vigoravam ultimamente, constituíam um verdadeiro êrro pedagógico e, por isso mesmo, foram abolidos pela nova reforma da instrução primária. Do modo como os alunos eram preparados para êsses exames e da maneira como êstes se realizavam, concluía-se perfeitamente que a criança, ao abandonar a escola, não tinha a educação suficiente para entrar na vida prática. Referindo-me apenas ao exame do 1.^o grau, por ser êste o que punha êrmo à obrigatoriedade do ensino e que, portanto, representava o cabedal de conhecimentos legalmente exigidos a todo o cidadão, eu digo que, se a criança não podia considerar analfabeta, com êste exame,

também não podia ser tida, salvo raríssimas excepções, como sabendo ler, escrever e contar. Ela soube ler um trecho do livro de leitura adoptado na escola e já repetido nem sei quantas vezes, mas talvez não saiba amanhã ler uma carta que tenha recebido duma pessoa de família e compreender o que nela se contém. Soube escrever dez linhas de ditado com o auxílio da sua memória visual, mas não sabe agora combinar duas palavras, formando sentido, para escrever um bilhete a uma pessoa amiga. Soube fazer as quatro operações de aritmética e, se alguém lhe ordenar que calcule o importe de géneros comprados ou vendidos, ela não sabe qual das operações tem de aplicar. Este exame, pois, além de não demonstrar, em nada, que a criança recebeu educação física ou moral, não prova sequer que recebeu educação intelectual. A educação intelectual tem por fim desenvolver as faculdades intellectuais do indivíduo, levando-o a raciocinar e a buscar a razão das coisas por si próprio; e isto só pode ser levado a efeito, pelo verdadeiro conhecimento psicológico do indivíduo, baseado na moderna sciência pedagógica. Mas, desde que os pais se não importam que os seus filhos sejam educados, como é preciso, e tam sòmente se interessam por que êles obtenham um diploma que não é mais que um ornamento falso, os professores deixam-se levar pela vontade dos interessados. Os professores particulares, além de corresponderem aos desejos dos pais dos collegiais, acreditam os seus collegios, dando muitos alunos a exame. Os professores officiais, para não verem as suas escolas despovoadas, vão-se deixando ir também atrás da velha rotina. Não se suponha, porém, que, com estas apreciações, eu pretendo condenar, em absoluto, o exame. Entendo mesmo e acho justo que o aluno deve prestar provas, o mais completas possível, daquilo que aprendeu durante o seu curso. Mas desta opinião à de apoiar os exames que aí se faziam, vai uma diferença muito grande.

(Continua).